

Relações Públicas e Comunicação Organizacional

Relaciones Públicas y Comunicación Organizacional

Facções e tensões associativas entre os pioneiros das relações públicas em Portugal: implicações para o reconhecimento profissional

ROSA MARIA SOBREIRA

rosa.sobreira@gmail.com

Escola Superior de Educação de Coimbra/CEIS20

Resumo

A década de 1960 marca o período em que as relações públicas começaram a ser exercidas em Portugal de forma profissionalizada (Lampreia, 1996; Fonseca, 2001; Cabrero, 2002). Na mesma década, em 1968, surgia aquela que é considerada a primeira associação profissional, a “Sociedade Portuguesa de Relações Públicas” (SOPREP). Chamar “Sociedade” e não “Associação” foi uma forma de evitar certos condicionalismos legais do sistema corporativo a que o associativismo profissional estava sujeito, antes do 25 de Abril de 1974. Ao atribuir o estatuto de associação de carácter cultural à SOPREP, permitia-se que qualquer pessoa que se interessasse pelas relações públicas pudesse ingressar na Sociedade. Mas este subterfúgio para contornar os entraves colocados pelo regime político, acabou por levantar, mais tarde, várias polémicas entre os associados. Este trabalho aborda essas tensões dentro do movimento associativo, em Portugal, assim como as suas implicações para a afirmação e o reconhecimento da profissão de relações públicas.

Palavras-Chave: Relações Públicas; associativismo; profissão

INTRODUÇÃO

Durante o século XX a concepção daquilo que é uma profissão mudou substancialmente. Da perspectiva funcionalista, nas primeiras décadas, chegou-se a uma visão dinâmica e sistémica dos fenómenos das profissões. As primeiras tentativas de explicar as profissões procuravam um modelo de profissão superior e completo, assente num conjunto de atributos bem definidos, onde a formação e as formas associativas (que impendem a entrada de pessoas não qualificadas e criam códigos de ética para regular o exercício dessa actividade), assumiam um carácter nuclear (Dubar, 1997; Dubar & Tripier, 1998). As reflexões mais contemporâneas apontam para a substituição das narrativas em torno de conceitos de profissões unificadas e fechadas, pela análise de processos de profissionalização e desprofissionalização de segmentos profissionais, mais ao menos identificados ou organizados e influenciados por cenários políticos, culturais e jurídicos muito variáveis (Rodrigues, 2002).

As visões tradicionais, que encerram as profissões numa dimensão intelectual e com formação superior, servem sobretudo para «manter o monopólio» das mesmas (Dubar: 1997, 131). É um entendimento das profissões como grupos de comunidades em torno de si próprias e é, por isso, muito limitativo quando se pretende aplicar a modelos diferentes das chamadas profissões liberais, como são as profissões da comunicação (Zélizer, 2000; Soloski, 1993).

Apesar desta constatação, quando olhamos para o discurso dos profissionais da comunicação, sobre a identidade profissional, verificamos que, pelo menos historicamente, a busca pelo reconhecimento dessa identidade se fez, também, através da reivindicação dos atributos das chamadas profissões clássicas. Historicamente, para os profissionais da comunicação (tanto os relações públicas como os jornalistas) tem sido importante constituírem-se e agirem nos moldes funcionalistas, assimilando alguns dos seus atributos como a deontologia, o associativismo e a carteira profissional (Sobreira, 2010).

MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS RELAÇÕES PÚBLICAS NA EUROPA.

No final da II Grande Guerra, com o Plano Marshal, os americanos trouxeram para a Europa os seus modelos de gestão e com eles a função de relações públicas. Foi em 1946, em França, que se criaram os primeiros gabinetes de relações públicas para as empresas petrolíferas (Chaumely & Huisman, 1997).

Em termos de protagonistas europeus, Lucien Matrat é reconhecido como o pioneiro de maior relevância para a profissão, não só em França, mas também para sua afirmação em toda a Europa. Este precursor esteve ligado à redacção e promoção dos princípios éticos que deveriam nortear a profissão, tendo tido um papel importante na elaboração do código internacional de deontologia conhecido por “Código de Atenas”, assim como no associativismo europeu (Chaumely & Huisman, 1997).

Em 1949, foi criada em França a primeira associação profissional, com o nome de “Clube de la Maison Verre”. As décadas seguintes foram marcadas por um intenso movimento associativo, quer de carácter nacional, quer de carácter internacional entre os profissionais de relações públicas. Em 1952, surgiu a “Association Professionnelle des Relations Publiques” (APROEP) que se fundiu com o “Clube de la Maison Verre”, em 1955, e adoptou a denominação de “Association Française de Relations Publiques” (AFREP). Nesse mesmo ano, em Inglaterra, foi criada a “International Association of Public Relations” (IPRA) com profissionais de vários países europeus (Chaumely & Huisman, 1997). O ano de 1957 assistiu ao aparecimento de mais duas associações a “Union Nationale de Attachés de Presse” (UNAP) encabeçada por André Hurtrel e o “Syndicat Nacional des Conseils en Relations Publiques” (SNCRP), uma iniciativa de Georges Serrel. Em 1959 foi criada a “Confederation Européenne des Relations Publiques” (CERP), por iniciativa de Lucien Matrat, acompanhado por profissionais da Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Itália. Foi esta associação que iniciou o processo de integração associativo transnacional na Europa (Chaumely & Huisman, 1997). Também em Espanha o início do processo de profissionalização das relações públicas data de 1950. Em termos associativos, nesse período, assistiu-se ao aparecimento da primeira associação profissional, em 1961, a “Asociación Técnica de Relaciones Públicas”, pela mão de Juan Aparício (Xifra, 2003).

A SOCIEDADE PORTUGUESA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Em Portugal é comum referir a década de 1960 como o período em que as relações públicas começaram a ser exercidas de forma profissional (Lampreia, 1996;

Fonseca, 2001; Cabrero, 2002). Esta data é apontada tendo por base a entrada em Portugal de várias multinacionais, como a Mobil e a Shell, assim como a criação, em 1960, de um “Gabinete de Relações Exteriores”, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Como vimos, os relações públicas franceses procuraram edificar a profissão de acordo com os princípios provenientes dos EUA (Walter, 1995). Os portugueses, por sua vez, buscaram inspiração nos profissionais franceses, particularmente, em Lucien Matrat, confirmado por Américo Ramalho¹ confirma: «os relações públicas portuguesas ancoraram-se nos colegas franceses, que eram à época os parceiros naturais, através da CERP, adoptando o Código de Ética de Atenas e usando a tipologia de públicos elaborado pelo mesmo»².

Apesar deste atraso português, relativamente a outros países, em termos associativos e de formação, a década de 1960 parecia promissora para as relações públicas em Portugal, uma vez que foi nesta década que surgiu a primeira associação e o primeiro curso de formação, de grau intermédio, em relações públicas. Porém, uma análise mais detalhada revela diferenças, desde o início, em relação aos restantes países europeus referidos.

Quer no caso francês, quer no espanhol, os indícios mostram que foi pelo associativismo que os profissionais procuraram inicialmente construir algum tipo de “espírito de corpo” e cultura profissional e só depois passaram às iniciativas de formação. Em Portugal aconteceu o contrário, primeiro surgiu a formação através do INP, em 1964, e depois o associativismo com a “Sociedade Portuguesa de Relações Públicas” (SOPREP).

A SOPREP foi criada em 1968 e teve como primeiro presidente Avelar Soeiro (Cabrero, 2002). Os testemunhos de dois dos seus fundadores - Avelar Soeiro e Américo Ramalho - sobre a génese desta associação, não são coincidentes. Avelar Soeiro, em entrevista a Abílio Fonseca, em 2007, assume-se como protagonista da sua criação e defende que a SOPREP foi o resultado natural da sua actuação pessoal em organismos internacionais e do facto de a profissão já se ter conseguido impor no país. No entanto, Américo Ramalho descreve que a origem da Sociedade está relacionada com umas tertúlias que se realizavam na “Sociedade Portuguesa de Geografia”: «Quando fui para a “Móbil”, em 1965, o Sr. Mouta Felgueiras pelo facto de ser o responsável pelas “relations partners”, estava a participar nuns almoços na Sociedade Portuguesa de Geografia, organizados pelo professor Adriano Moreira - que acabou por ser o sócio nº 1 da associação. Foi no âmbito desses almoços que se tomou a iniciativa de criar a SOPREP».

A SOPREP foi criada num contexto sócio-político onde vigorava um regime de censura oficial. Nessa conjuntura política, a preocupação com a comunicação

¹ Américo Ramalho, um dos primeiros relações públicas em Portugal, foi contratado pela “Mobil” em 1965, no seguimento frequência do primeiro curso de Relações Públicas, ministrado pelo Instituto Novas Profissões.

² Depoimento recolhido no âmbito da dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, na Especialidade de Comunicação Institucional na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, apresentada em provas públicas, em Dezembro de 2010, com o título: “Os Profissionais da Comunicação Estratégica em Portugal: em Busca de Identidade e Reconhecimento Profissional, por Rosa Maria Sobreira.

estava reduzida à propaganda, através do “Secretariado da Propaganda Nacional” (SPN), mais tarde transformado em “Secretariado Nacional de Informação” (SNI) e liderado por António Ferro. O SNI e a censura eram os mecanismos do Estado Novo para formar opinião pública, divulgar a ideologia nacionalista e para a padronizar a cultura, os costumes e as artes. Para além disso, o sistema corporativo subordinava qualquer associação de classe ao regime de “Trabalho Nacional”, imposto pelo “Estado Novo”³. Conscientes dessa realidade, os fundadores da SOPREP, ao atribuir-lhe o estatuto de associação de carácter cultural, escapavam a certos condicionamentos legais e permitiam que qualquer pessoa, que se interessasse pelas relações públicas, pudesse ingressar na Sociedade. Este expediente foi, aliás, utilizado por outras associações profissionais, em 1933, para evitar a sua ilegalização como a “Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto” (Sobreira, 2003).

Mas se este subterfúgio era uma forma de evitar o controlo exercido pelo poder político, o carácter abrangente que esta associação procurou assumir, acabou, também, por expor diferenças de fundo entre os pioneiros da profissão em Portugal. Para Avelar Soeiro essa abrangência era positiva «pois podiam filiar-se não apenas os profissionais desta disciplina, mas, também, os simpatizantes e investigadores do “fenómeno”, então novidade (...) e por outros entusiastas» (Sоеiro, 2007: 8). Todavia, para Diogo Weinstein, esta tática de contornar os entraves colocados pelo regime político, acabou por levantar, mais tarde, alguns problemas, «ao distinguir dentro do mesmo grupo, quem tinha apenas interesses culturais e quem pretendia ser um verdadeiro profissional» (Weinstein, 1983: 70). Também, para Américo Ramalho essa abrangência foi a fraqueza da associação: «Não tínhamos definido, ainda, a função da profissão e já estávamos a validar a função de certas pessoas como sendo de relações públicas».

Avelar Soeiro era reconhecido, já na altura, como o “pai” das relações públicas em Portugal. Era um autodidacta, como ele próprio reconhece: «Com vista à minha formação na complexa profissão das Relações Públicas fui adquirindo, sistematicamente, vasta bibliografia da especialidade» e através da presença nas organizações associativas internacionais de que fazia parte (Sоеiro, 2007: 7). Por sua vez, Américo Ramalho pertencia à primeira turma de alunos formados pelo INP⁴ e ele próprio assume que quando ingressou na profissão foi com uma visão diferente da que vigorava entre os primeiros profissionais, como Avelar Soeiro. Isto parece revelar a existência de duas “agendas” diferentes, já em 1968: a dos que chegavam à profissão pela formação e a dos que chegavam à profissão pela via da prática.

³ De recordar que o corporativismo estava subordinado à acção política do governo, que impunha que renunciassem à luta de classes, à eleição livre das direcções e à administração autónoma das associações e dos sindicatos.

⁴ O curso funcionava em regime pós laboral e Américo Ramalho recorda-se dos seguintes colegas: Aranha Furtado de Mendonça (Sonape); António Pereira de Castro (Sonape), acabou por se dedicar à área da estatística; Pessoa de Amorim (Sonape), foi para chefia da área de GRH; Vasco Valadares (Ministério do Exército) trabalhou na Direcção Geral de Transportes Terrestres, mas nunca em relações públicas; Sofia Amaro (enfermeira) trabalhou em organismos de informação e comunicação de hospitais; Maria Filomena Leitão (Agência de Publicidade); Isabel Duque de Viera foi para a Embaixada da Dinamarca; Henrique Manuel Machado, (Agência de Publicidade); Mário Afonso Vargas (Estado Maior Geraldo Exército) acabou por ir para GNR onde implementou a estrutura de relações públicas; Albino Correia (Armada); Manuel Moura George (Grupo CRGE) da secção de pessoal; Manuel Bidarra Almeida, tinha uma livraria e foi depois para a Lisnave ou Setenave; José Miguel Varennes de Mendonça, Júnior das Relações Públicas da TAP e Manuel Formosinho Sanches (oficial da força aérea), foi trabalhar nas relações públicas do “Estado Maior da Força Aérea”.

Apesar da tensão entre os pioneiros das relações públicas, um dos primeiros passos da Sociedade foi dar à SOPREP reconhecimento internacional. Nesse sentido, logo em 1969, conseguiram aderir à CERP. Segundo Diogo Weinstein, a adesão da SOPREP a um organismo com a projecção da CERP e consequente adopção do seu código de conduta - o “Código de Atenas” - foram fundamentais para a institucionalização das relações públicas em Portugal. Weinstein refere que o facto de a SOPREP se escudar neste suporte internacional trouxe um reforço institucional, «no embate com outras associações de classe que viam nas Relações Públicas um rival, que iria subtrair algumas tarefas às suas funções, em vez de ver uma actividade complementar» (Weinstein, 1983: 70). Segundo o mesmo autor, essas ameaças provinham da área do marketing e da publicidade. De realçar que foi nesse mesmo período que surgiu o “Grémio das Actividades Publicitárias” e as primeiras associações de marketing em Portugal.

A SOPREP conseguiu integrar-se, rapidamente, no movimento associativo internacional, como demonstra adesão à CERP, em 1969, e no IPRA, em 1971. Américo Ramalho, ironicamente, explica que essa facilidade, para além de se dever à capacidade de improvisação dos profissionais portugueses, tinha a ver com as características dessas organizações: «A CERP recebia como sócios associações e pessoas individuais, o IPRA admitia pessoas colectivas e sócios individuais, isto significava que quem não era da CERP, conseguia ser do IPRA». Em 1970, a SOPREP estava já em condições de negociar no âmbito da CERP a realização da Assembleia-Geral anual daquele organismo europeu em Lisboa, o que, segundo Avelar Soeiro foi um marco importante para o reconhecimento da profissão em Portugal.

Contudo, este evento, que poderia ter sido um elemento aglutinador dos profissionais e filiados da SOPREP, acabou por ser revelador da divisão que reinava entre os membros da Sociedade na época. Américo Ramalho refere que havia opiniões divergentes e que nem todos concordavam com a realização do evento em Portugal: «Esta organização não foi inocente ou por acaso. O ano de 1968 é o ano intermédio entre o início da guerra colonial e o 25 de Abril. Morreu Salazar e começou a primavera marcelista. Deu-se uma abertura no país e Portugal precisava de uma campanha de relações públicas. Porque de repente começaram a aparecer muitos especialistas de relações públicas e consultores de comunicação. Não era o momento certo e foi mais uma acção de relações públicas para Portugal do que para defender os interesses dos profissionais».

Segundo Soeiro (2003), a SOPREP desenvolveu várias actividades como reuniões, debates, palestras informativas, onde participavam entidades de relevo que tratavam de temas que pudessem contribuir para o conhecimento das relações públicas. Estas iniciativas não eram, no entanto, fáceis de realizar e nem sempre eram bem-sucedidas. Segundo Américo Ramalho, efectivamente, aconteciam, mas o facto de haver poucas pessoas a trabalhar na área, acabava por centrar a organização destes eventos ou nele próprio ou em Avelar Soeiro, o que tinha o efeito de os tornar pouco apelativos: «as pessoas cansavam-se por serem sempre os mesmos». O

ano de 1978 constituiu outro marco histórico, quer para a história da SOPREP, quer para a reconhecimento das relações públicas em Portugal. Nesse ano, foi realizado novo encontro da CERP em Portugal e teve como principal resultado, a 16 de Abril, a aprovação do “Código Europeu Deontológico do Profissional de Relações-Públicas”, que ficou internacionalmente reconhecido e adoptado como “Código de Lisboa”, e que, ainda, hoje está em vigor.

A SOPREP também desenvolveu esforços no sentido de credenciar a profissão, através de um título profissional. O objectivo era instituir uma carteira profissional, à semelhança do que já se passava com os jornalistas portugueses. A atribuição deste tipo de títulos profissionais exigia, no entanto, que os profissionais se organizassem no âmbito de um sindicato uma vez que só esse tipo de organismo poderia emitir as carteiras profissionais. Para isso, foi criada uma comissão com o objectivo de o organizar, mas a iniciativa não teve seguimento por existirem menos de 150 profissionais registados (Fonseca, 2002). Para Américo Ramalho e Abílio Fonseca esta iniciativa só não se concretizou por falta de sócios e «porque à boa maneira portuguesa não conseguiram organizar-se devidamente».

Em 1982, a SOPREP foi extinta e no seu lugar surgiu a APREP (Associação Portuguesa de Relações Públicas). Neste novo organismo apenas podiam ingressar profissionais de relações públicas porque se pretendia uma associação com um carácter mais profissionalizante. No entanto, consultando os boletins oficiais publicados pela associação, constata-se que o carácter aberto da associação anterior, ainda, se mantinha. Em vários os números surgem referências aos novos associados que iam ingressando na APREP, e é possível encontrar o «chefe de projectos de qualidade da TAP», o «director Comercial do Ritz» ou «chefe de produto da Scott Paper de Portugal».⁵

A APREP acabaria por ver a sua actividade interrompida, ainda nessa década, por divergências entre os seus membros sobre os resultados eleitorais de eleição dos corpos da associação. Aliás, a ausência de documentos é flagrante, sendo de realçar o facto de não ter sido possível localizar o espólio nem da SOPREP, nem da APREP para este trabalho.

Interessa, no entanto, ressaltar que no período em que a APREP vivia dias difíceis, o associativismo no campo da comunicação assumia contornos mais abrangentes. Em 1989, em consequência da explosão das agências de comunicação no país, criou-se a “Associação Portuguesa de Empresas de Conselho em Comunicação e Relações Públicas” (APECOM) e no ano seguinte, em 1990, surgiu a “Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial” (APCE) que começou por ser uma “Associação de Jornais de Empresas”.

Foi preciso esperar pelo novo milénio para encontrar uma nova associação com objectivo de obter uma abrangência nacional no domínio das relações públicas em Portugal. Em Dezembro de 2000, nasceu a “Associação de Relações Públicas de Portugal” (ARPP). Esta entidade apresenta como primeiros objectivos nos seus

⁵ “Comunicando”, Órgão Oficial da APREP, nº 1, Dezembro de 1990.

estatutos: «o reconhecimento oficial da profissão e a creditação/credencialização dos relacionistas; promover e defender os interesses dos seus associados e, de uma forma geral, de todos os profissionais de Relações Públicas; promover e divulgar a imagem da profissão de Relações Públicas; estabelecer relações com o sector empresarial visando a integração dos profissionais de Relações Públicas nos seus quadros»⁶. A sede da mais jovem associação de relações públicas ficou instalada no “Instituto Superior da Maia” (ISMAI), que tem como mentor Abílio Fonseca, que foi também o seu primeiro presidente (Borges, 2002).

CONCLUSÃO

Introduzidas na Europa depois da II Grande Guerra, as relações públicas iniciaram o seu processo de emancipação, em Portugal, apenas na década de 1960. Desde então é possível identificar esforços no sentido de construir uma identidade profissional própria. As iniciativas que permitiriam a percepção da sua acção profissional e a demarcação de fronteiras com outras profissões da comunicação, enquadram-se no âmbito dos atributos definidos pelas teorias funcionalista da profissão, como é o caso do associativismo.

Apesar desse esforço, o movimento associativo dos relações públicas portugueses caracterizou-se, no entanto, por uma alguma fragilidade e tensão. A acção associativa levada a cabo parece ser mais o resultado de voluntarismo de alguns, «sempre os mesmos», nas palavras de Américo Ramalho, do que de um movimento verdadeiramente organizado. Ora, as associações dos relações públicas, ao contrário do sindicato dos jornalistas e do grémio dos publicitários, eram estruturas quase informais, dependentes da boa vontade dos seus membros, onde faltava uma dimensão verdadeiramente estruturada e profissionalizada. Esta falta de profissionalização e organização pode ser confirmada em 1990, pelo horário de funcionamento da APREP. A associação funcionava em horário parcial: «às terças-feiras e quintas-feiras das 18h às 20 horas».⁷

Comparado com outros países, o associativismo foi claramente menos intenso. Nas primeiras duas associações são evidentes os sintomas de divergências entre aqueles que acederam à profissão pela prática e os que obtiveram formação através do Instituto de Novas Profissões.

Por outro lado, a actividade associativa revela uma grande inconstância, pelo menos até à década de 1990. Depois da extinção da SOPREP, a associação que se seguiu, a APREP, teve uma existência curta e um fim atribulado, mais uma vez resultado de conflitos entre os seus membros.

Ao contrário da publicidade e do jornalismo (com os Grémios e os Sindicatos), constata-se alguma falta de capacidade negocial junto do Poder por parte das duas primeiras associações dos relações públicas. Aliás, a conflitualidade evidenciada pode ser, também, interpretada como mais um reflexo da tensão entre actividades,

⁶ Estatutos da ARPP.

⁷ “Comunicando” Órgão Oficial da APREP, nº 1, Dezembro, 1990.

ainda, com processos identitários em construção e sem domínios de actuação claramente definidos, que disputavam protagonismos no contexto organizacional.

A década de 1980 surge como o momento de ruptura entre uma realidade comunicacional passada, assente nas relações públicas, e uma nova realidade que acusa o desgaste desse processo identitários pouco construído. No início da década 1990 desaparece a APREP, resquício de um outro tempo e surgem duas novas associações que abandonam a designação de relações públicas: a APECOM e a APCE. A primeira aparece para tentar regular o sector das agências de comunicação em rápido crescimento, a segunda apresenta-se como um fórum de debate sobre comunicação interna.

Em síntese, esta reflexão constitui uma primeira etapa para outras investigações no domínio do associativismo das relações públicas em Portugal. O que percebemos é que as primeiras iniciativas do associativismo dos relações públicas portugueses foi marcado por alguma fragilidade e até polémica. Este facto poderá ter afectado o processo de afirmação profissional dos relações públicas no nosso país e arrastado a discussão sobre como designar a profissão e os seus profissionais, até à actualidade.

O conceito de profissão não é o mesmo que no período em que as relações públicas entraram em Portugal. Por outro lado, a aplicação dos modelos funcionalistas de profissão aos “ofícios” da comunicação é, hoje questionada e contestada. No entanto, acreditamos que o conhecimento mais profundo sobre as actividades desenvolvidas nesse período ajudará a perceber as dinâmicas profissionais actuais. Neste sentido, seria interessante aprofundar a incursão histórica aqui foi iniciada com o objectivo de trazer para o presente mais vozes e memórias, para além daquelas que aqui foram referidas. Futuras investigações permitiriam importar para actualidade o pensamento de alguns daqueles que aqui surgem apenas evocados ou recordados pelos nomes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borges, F. O. (2002). *ARPP- Porquê o Associativismo das Relações Públicas em Portugal*. Disponível em http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/243E8E52-1FC0-4646-901F-4685BCCDB394/0/AC_FabiaBorges.pdf. Acesso em 07.2008.
- Cabrero, J. D. B. (2002). *Comunicación e Relaciones Públicas: de los Orígenes Históricos al Nuevo Enfoque de Planificación Estratégica*. Madrid: McGraw-Hill.
- Chaumely, J. & Huisman, D. (1997). *Les Relations Publiques*. 9ª Edição. PUF: Paris.
- Dubar, C. & Tipier P. (1998). *Sociologie des Professions*. Paris: Armand Colin
- Dubar, C. (1997). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, A. (2002). Elementos para a História das Relações Públicas em Portugal, pelo Prof. Abílio da Fonseca, Coordenador do Curso Superior de Relações Públicas do Instituto Superior da Maia. In J. D. Cabrero & B. M. Cabrero, *O Livro de Ouro das Relações Públicas* (pp.200-209). Porto: Porto Editora.

- Lampreia, M.J. (1996). *Técnicas de Comunicação: Publicidade, Propaganda e Relações Públicas*. (7ª Edição). Lisboa: Publicações Europa América.
- L'Etang, J. (1999). Public Relations Education in Britain: An Historical Review in the Context of Professionalization. *Public Relations Review*, 25(3), 261-289.
- L'Etang, J. (1998). State Propaganda and Bureaucratic Intelligence: The Creation of Public Relations in 20th Century Britain. *Public Relations Review*, 24(4), 413-441.
- Rodrigues, M. L. (2002). *Sociologia das Profissões*. (2ª Edição). Lisboa: Celta
- Sobreira R.M. (2010.) *Os profissionais da comunicação estratégica das organizações em Portugal: em busca de identidade profissional e reconhecimento*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5110>.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses, 1933-1974: uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte
- Soeiro, A. (2007). *Um Pedaco da História Conversa Com Avellar Soeiro, Pioneiro das Relações-Públicas em Portugal*. Disponível em http://www.google.pt/search?hl=pt-T&q=Avellar+Soeiro&btnG=Pequisa+do+Google&meta=lr%3Dlang_pt. Acesso em 06.2008.
- Soeiro, A. (2003). *Relações Públicas Em Portugal - Uma Profissão Mal Amada ... O Paradoxo de Uma Profissão*. Disponível em http://www.ismai.pt/NR/rdonlyres/6474DAD1-689F-4F2D-A00D-7FDB9671E278/0/AC_AvellarSoeiro.pdf. Acesso em 06.2008.
- Van Ruler, B. & Verčič, D. (2003). Perspectivas Europeias das Relações Públicas. *Comunicação & Sociedade*, 24(39), 155-172.
- Weinstein, D. (1983). As Relações Públicas em Portugal. In *Relations Publiques, Facteur de Communication Sociale*. Lousã: CERP.
- Walter, J. (1995). *Directeur de Communication: les Avatars d'un Modèle Professionnel*. Paris: L'Harmattan.
- Xifra, J. (2003). *Teoría y Estructura de las Relaciones Públicas*. Madrid: McGraw-Hill.
- Zelizer, B. (2000). Os Jornalistas Enquanto Comunidade Interpretativa. In N. Traquina (org), *Jornalismo 2000: Revista Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio d'Água.